

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Lei Nº 233/2001

Conde-PB, 13 de março de 2001

Promotoria de Justiça da  
Comarca de Alhandra - PB  
RECEBIDO NESTA DATA

Em 11 / 04 / 2011

AGENTE PROMOTÓRIA

**DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO XV DO ARTIGO 70, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, C/C O INCISO IX, DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA.**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse da população, o Município a requerimento de seus Órgãos da Administração Direta, poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, mediante contrato administrativo padronizado, nas condições e prazos previstos em Lei.**

**Parágrafo único:** Para os efeitos deste artigo será considerado como excepcional interesse público o atendimento de serviços que, por sua natureza, tenham características inadiáveis e deles decorram ameaça ou prejuízos à vida, à segurança, continuidade de obras e à subsistência, bem como, atividades relacionadas com as áreas de Educação, Saúde, Telefonia, Informática, Administração em geral.

**Art. 2º - Considera-se como excepcional interesse público, as contratações de pessoal que visem:**

- I- Ao atendimento de situações de calamidades Públicas;**
- II- O combate a surtos;**
- III- A promoção de campanha de saúde pública;**
- IV- A implantação e manutenção de serviços essenciais à população, especialmente à continuidade de obras e a prestação de serviços de segurança, saúde limpeza pública, água, energia, transportes públicos, telefonia;**
- V- A execução de serviços técnicos, fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras e serviços;**
- VI- O suprimento de docentes em salas de aula, de pessoal especializado nas áreas de saúde, informática, bem como na execução de serviços de creches públicas, nos casos de licença para repouso à gestante; nos casos de licença para tratamento de saúde; licença para tratamento de assunto particular; licença em caráter especial (prêmio); exoneração, demissão, aposentadoria, e falecimento**

Publicado no Diário Oficial

Edição nº 094-A de 13.01

do dia 27 / 03 / 2001



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 3º - As contratações serão feitas por tempo determinado de até, no máximo, doze meses, prorrogado uma vez por igual período.**

**Parágrafo único.** A vinculação contratual extingue-se automaticamente pelo decurso do prazo lançado no contrato respectivo, sem quaisquer outras formalidades.

**Art. 4º - As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica mediante assinatura do Prefeito ou Presidente da Câmara Municipal, quando for o caso, no respectivo instrumento do contrato, ficando a cargo da Procuradoria Geral do Município o exame dos referidos instrumentos contratuais.**

**Parágrafo Único:** Os contratos de que trata o "caput" deste artigo deverão ser publicados, sob forma de resenha, no Diário Oficial do Município ou publicados no quadro da edilidade, dando-se conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado.

**Art. 5º - O pessoal contratado em regência especial, nos termos desta Lei, serão contribuintes obrigatórios do Regime Geral da Previdência social - RGPS.**

**Parágrafo Único :** Os benefícios previdenciários do pessoal contratado serão devidos e pagos pelo Regime Geral da Previdência Social - RGPS.

**Art. 6º - Para contratação de pessoal, que somente poderá ser feita com a existência de recursos orçamentários próprios, serão exigidos os seguintes documentos comprobatórios de:**

- I- nacionalidade brasileira**
- II- maior de 18 (dezoito) anos de idade;**
- III- estar em dia com as obrigações militares;**
- IV- estar em gozo dos direitos políticos;**
- V- Ter boa conduta;**
- VI- Gozar de boa saúde;**
- VII- Ter os títulos específicos ou profissionais que comprovem a habilitação para o desempenho de função técnica .**

**Parágrafo Único:** Os documentos referidos ao inciso VI serão expedidos através do serviço médico do Município.

**Art. 7º - É vedado o desvio de função de pessoa contratada nas condições desta Lei, sob pena de nulidade do contrato, com a conseqüente responsabilidade administrativa da autoridade que permitir ou autorizar tal distorção funcional.**

**Art. 8º - O Pessoal Contratado fará jús:**

**I - ao estipêndio fixado no respectivo contrato, que não poderá ser inferior ao salário mínimo nacional fixado por lei federal, reajustado no mesmo período e nos índices gerais conferidos aos servidores públicos civis do município que desenvolva função semelhante;**

**II - diárias, quando o admitido se ausentar do município por mais de 24(vinte e quatro) horas, à serviço;**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE  
GABINETE DO PREFEITO**

**III - os direitos previstos para os servidores municipais de que trata a Lei Orgânica do Município, no que couber a provisoriedade do contrato ajustado;**

**Art. 9º - A rescisão contratual, sem direito à indenizações, ocorrerá:**

**I - a pedido do contratado;**

**II - à critério da Administração, em razão do interesse público ou quando o contratado não corresponder ou desempenhar insatisfatoriamente as atribuições que lhe são conferidas.**

**Parágrafo Único: Ocorrerá a rescisão unilateral do contrato, quando o contratado:**

**I - Incorrer em responsabilidade civil ou administrativa;**

**II - ausentar-se injustificadamente do serviço;**

**III - Faltar ao serviço sem causa justificada;**

**IV - faltar com respeito aos superiores hierárquicos e colegas de trabalho;**

**V - praticar usura em qualquer de suas formas;**

**VI - receber comissões ou vantagens de qualquer espécie em razão de função para a qual foi contratado;**

**VII - empregar material, bem com equipamentos, sob sua responsabilidade, em atividade diversa da que foi autorizado a praticar.**

**Art. 10º - Compete ao Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara, quando for o caso, a rescisão do contrato, nas hipóteses previstas no artigo anterior.**

**Art. 11º - O contrato firmado de acordo com essa Lei extinguir-se-á, sem direito a indenização, pelo término do prazo contratual.**

**Art. 12º - É vedado ao pessoa; contratado nos termos desta Lei, sob pena imediata de rescisão do contrato:**

**I - ser nomeado ou designado, ainda que, a título precário ou em substituição para o exercício de cargo de provimento em comissão ou função de confiança;**

**II - ser novamente contratado com fundamento nesta Lei, antes de decorridos doze meses do encerramento do seu contrato anterior, salvo na hipótese prevista aos incisos I e II, do Artigo 2º.**

**Art. 13º - O tempo de serviço prestado em virtude de contração nos termos da presente Lei, será contado para todos os efeitos.**

**Art. 14º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 15º - Revogam-se as disposições em contrario.**

Conde-PB, 13 de 03 de 2001

  
**THEMISTOCLES DE ALMEIDA RIBEIRO  
PREFEITO CONSTITUCIONAL**

